



A IMPRENSA DOS CAMPOS GERAIS NO PERÍODO PRÉ-DITADURA MILITAR

Jean Marcel Ferreira^{1 2}

Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa a qual visa descobrir quais eram os mecanismos da imprensa dos Campos Gerais no período que engloba a eleição de 1960, a posse e o governo de Jânio Quadros, a renúncia e a briga entre militares e “legalistas” pela posse de João Goulart, o governo de João Goulart, o plebiscito sobre o sistema de governo da época e o golpe militar de 64. A reflexão proposta traz uma contextualização política deste período em âmbito nacional e qual era o cenário regional, em especial o da cidade de Ponta Grossa.

Palavras-chave

Jornalismo; política; pré-ditadura; contexto histórico

Apresentação

O presente artigo trata-se de parte de uma pesquisa científica ainda em desenvolvimento, que tem como proposta analisar a cobertura jornalística do impresso Diário dos Campos, sediado em Ponta Grossa/PR. O estudo limita-se ao período anterior ao golpe militar, mais especificamente após a renúncia do então presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 até o golpe militar consumado em primeiro de abril de 1964.

Esse período foi um marco na história política brasileira e na participação da imprensa, como mostra o jornalista Jobim (2003, p.25): “A princípio o Governo revolucionário não sentiu necessidade de frear a imprensa, pois a quase totalidade dos grandes jornais havia prestigiado um movimento triunfante e preparado na opinião pública sua aceitação”.

O período delimitado foi de suma importância na herança cultural e histórica da nação, bem como na concepção dos métodos utilizados no processo de produção jornalística pela imprensa brasileira até hoje. Ele também é um campo fértil para a discussão do debate público e o papel da imprensa no período sugerido. Para entender a história da imprensa regional dos Campos Gerais, em especial a do Diário dos Campos,

¹ Aluno do quinto semestre do curso de Jornalismo da UEPG e integrante do projeto de pesquisa O Conhecimento no Jornalismo.

² Orientado pela Prof^a Paula Melani Rocha Prof^a. Adjunta do curso de Jornalismo da UEPG. Pesquisadora e colaboradora da LabJor/Unicamp. Líder do projeto de pesquisa O Conhecimento no Jornalismo. pmrocha@uepg.br



um dos impressos mais antigos em circulação na região, é necessário refletir sobre como ele atuou no período delimitado, repercutindo fatos nacionais e regionais.

A pesquisa desenvolve-se no campo da história do jornalismo e sua relação com os determinantes sociais e as transformações tecnológicas. Entende-se por tecnologia um conjunto de práticas, saberes, instrumentos e métodos que geram a notícia. Ao adotar uma visão dialética, procura-se buscar as características históricas do jornalismo em situações concretas, em suas relações com a sociedade na qual se produziram sua constituição. A relevância dessa pesquisa é justamente buscar contribuir na reflexão sobre a participação da imprensa regional nos eventos de relevância nacional, considerando as características do contexto histórico. Além de agregar às discussões sobre jornalismo, conhecimento, história do jornalismo e debate público.

A releção aqui apresentada traz a discussão metodológica sob a perspectiva do materialismo histórico e um olhar mais analítico sobre o contexto político da época.

Discussão do método

O método adotado é o mesmo aplicado para pesquisas propostas sob o guarda-chuva da linha de pesquisa **O Conhecimento no Jornalismo**.³ Optou-se pela análise das transformações históricas, focando a perspectiva dialética, ao conceber o materialismo histórico. O objetivo é identificar a relação entre as transformações históricas no contexto nacional com a cobertura da imprensa regional dos Campos Gerais, em especial o impresso Diário dos Campos. Para isso, também deve-se considerar as características do contexto histórico do estado do Paraná e da região dos Campos Gerais. A partir da década de 1960, o estado do Paraná apresentou um crescimento populacional fruto de correntes migratórias, tornando-se o quinto estado mais populoso do país. A economia também despontou com o plantio de grãos e com a pecuária.

A política municipal demonstra algumas características que podem ajudar na análise sobre o posicionamento ideológico da região. Na eleição para prefeito, em 04 de Outubro de 1959, o candidato Eurico Bastista Rosas, do Partido Social Progressista, venceu com 9.386 votantes. Felipe Chede, do PST, ficou em segundo lugar com 6.720 votos e Heitor Dietzel com 2.560 votos dos 19.960 votantes. Já no legislativo municipal, o PTB conseguiu 4 cadeiras, com 3.423 votos, a UDN conseguiu 6 cadeiras com 4.906

³A linha de pesquisa “O conhecimento no Jornalismo”, tem como propósito entender o conhecimento que norteia o exercício do jornalismo e a formação dos profissionais, bem como a relação entre a profissão de jornalista e a sociedade na qual está inserido.



votos, o PSD conseguiu 4 cadeiras com 3.721 votos e a PSP conseguiu 4 cadeiras com 3.955 votos. Os demais partidos conseguiram uma cadeira apenas, a Frente Popular Cristã e Partido Republicano. Já o Partido Social trabalhista não conseguiu cadeiras.

Já na eleição de 06 de Outubro de 1963, José Hoffman, do PTN, venceu a eleição com 7.861 votos, Vicente Frare, da UDN, conseguiu 7.613 votos, Felipe Chede conseguiu 4.471 votos e Arthur Nadal, do PSP, ficou com apenas 2.377 votos, revelando uma queda na popularidade do partido, que perdeu a reeleição e ficou na última colocação.

No legislativo, a UDN perdeu duas cadeiras, ficando com 4, com 4584 votos. O PTB manteve as 4 cadeiras, com 3.851 votos, assim como o PST, que conseguiu 3 cadeiras com 2.763 votos, sendo que na última não conseguiu cadeiras. O PTN conseguiu 2 cadeiras, com 2.615 votos e o PSP ficou com duas também, com 2.460 votos. Já o Partido Republicano conseguiu crescer, ficando com duas cadeiras, com 2.424 votos. O PRP ficou também com duas cadeiras, com 2.245 votos. O Movimento Trabalhista Renovador conseguiu apenas uma cadeira, com 1.386 votos.

Pré-ditadura: Um país moldado para um golpe.

Uma coligação talvez nunca vista na história do Brasil até aquele momento levava ao poder um político carismático e popular, como se fosse uma mistura de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. O candidato que ninguém sabia se sairia, já havia renunciado sua campanha por duas vezes, teve uma votação recorde no país e começou o governo com um apoio público de diversos setores da política brasileira, conforme cita Skidmore (1982).

Sua candidatura já teve indícios de uma renúncia. A primeira desistência deu-se por causa de um discurso de Afonso Arinos, senador na época. A segunda foi um problema com a base aliada, quanto à indicação do vice-presidente na chapa de Jânio Quadros, a UDN (União Democrática Nacional) queria indicar Milton Campos, já o PDC (Partido Democrata Cristão) preferia Fernando Ferrari. A revolta que tomou conta da política na época só teve um alívio quando, por fim, aquele que viria ser o novo presidente do Brasil voltasse atrás na sua opção e Milton Campos, da UDN acabou indicado.

Jânio justificaria seu gesto dizendo ser preferível um cidadão livre a um presidente prisioneiro. A candidatura somente será retomada, após os



partidos que compunham sua base assumirem publicamente que ele, Jânio, não se encontrava absolutamente comprometido com o apoio que recebia (MOLON, 2006, p.15).

Novamente candidato, Jânio sofria para manter suas alianças, que se agravavam pela imagem de não partidário que ele demonstrava. Chegou a ser chamado de Bailarina Política por partidários da UDN que não aceitavam o apoio que Carlos Lacerda dava para tal candidato.

Mesmo com todos os contra tempos, Jânio Quadros recebeu da população o direito de governar o Brasil pelos anos de 1961 a 1965 por 5.636.623 votos, contra 3.846.825 do General Lott, que representava a ala mais nacionalista e anti-comunista, tendo um forte apoio dos militares, e Ademar de Barros com 2.195.709 votos, conforme os dados do IBGE (1961). Jânio foi eleito com 44,8% dos votantes.

O cenário não se mostrava favorável a Jânio já nos primeiros meses de seu governo. A composição do Congresso e do Senado obrigaria o presidente a negociar com seus opositores políticos, ainda que isso tenha acontecido primeiramente, como explica o historiador Loureiro (2009, p.189).

À primeira vista, Jânio Quadros, eleito presidente da República em outubro de 1960, teria muito trabalho para pôr em prática todas as promessas de moralização administrativa e de reformas socioeconômicas feitas durante a campanha. A configuração partidária do Congresso eleito em 1958 — e que se manteria como tal, salvo alterações marginais, até 1962 — lhe era bastante desfavorável. Os principais partidos da oposição formal ao Governo Jânio — PSD (Partido Social Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSP (Partido Social Progressista) — tinham 64,1% e 58,6% das cadeiras na Câmara e no Senado, respectivamente.

Isso obrigava o presidente, caso tivesse interesse efetivo em aprovar suas anunciadas reformas, a procurar uma conciliação com os grupos oposicionistas do Legislativo. Mas sua postura fora terrivelmente contrária, sendo que ignorou totalmente a ala dos oposicionistas que desejava conversas e criticou severamente JK, principal ícone dos partidos oposicionistas .

Jânio perdia governabilidade ao lutar contra as alas maiores, ignorar aliados e demonstrar total desprestígio pelos deputados. Já começava uma forte batalha contra tudo aquilo que pudesse ser de funcionamento do governo anterior, deixava seus aliados sem informações, chegando até mesmo a questioná-los publicamente.



O presidente criava uma situação complicada, tratando de governabilidade. Mais medidas impopulares perante os congressistas e os senadores fez com que Quadros sofresse um bombardeio de questionamentos. Diminuindo os ecos da comunicação entre poder executivo das instâncias do país (Nacional, Estadual e Municipal), ele tirava das mãos do Congresso essa responsabilidade. Todos esses problemas são relatados por Loureiro (2009, p.193):

com isso, tendia-se a esvaziar o papel do Congresso como tradicional mediador entre as demandas regionais e o presidente — o que, por sinal, logo foi percebido pelos parlamentares. O deputado Océlio Medeiros (PSD-PA), por exemplo, chamou os subchefes dos gabinetes civis e militares de “interventores mascarados”. Afirmou também que esse decreto seria inconstitucional, pois não estaria regulando uma lei, mas, sim, estabelecendo normas jurídicas novas — prerrogativa essa intransferível, segundo ele, do Congresso Nacional. O deputado Pedro Vidigal (PSD-MG) foi ainda mais enfático contra Jânio, chamando-o de “boi furioso” que “caminha contra a lei”. O senador Lima Teixeira (PTB-BA) ressaltou que “o Chefe do Executivo vem dando demonstrações de que quer anular o Congresso, pois, de certo modo, chegou ao ponto de interferir nos Estados...”. Assim, de acordo com o senador, Jânio, com tais medidas, teria prejudicado “a representação política, pois, para trazer ao conhecimento da Nação as ocorrências dos Estados, aqui estão os representantes do povo no Senado da República e na Câmara dos Deputados”.

A situação de Jânio com o congresso fora tão forte que a oposição mobilizou-se para conseguir o controle das principais mesas, assim como foi no Senado. Nessa campanha de desprestígio dos poderes legislativos, o Presidente desejava ter mais controle estatal para ele, tendo assim, um leque maior de possibilidades como administrador público.

• **A política externa independente (PEI)**

Levando em consideração que Jânio Quadros contava com uma base aliada com diversos partidos conservadores e que a Guerra Fria estava ampliando ainda mais os conceitos de esquerda e direita, Quadros demonstrou, de certa forma, uma dissociação de dogmas políticos em termos de Política Externa. Momentos como a ida para Cuba ou a premiação de Che Guevara, ícone comunista, demonstram esse posicionamento indiferente e independente do presidente.



Neutro na questão EUA x Cuba, Jânio não partilhava do sentimento anticomunista de uma parte importante da política nacional da época, e por isso, sofria bombardeio público. Até mesmo em uma visita com ofertas “generosas” dos EUA, Jânio não se pôs embaixo dos braços americanos e manteve sua postura. E quando ocorreram alguns “ataques”, o Governo manifestou favorável ao “povo cubano”.

O fracasso da missão Berle foi, sem dúvida, um dos fatores para a desastrosa tentativa de invasão de Playa Girón em 17 de Abril de 1961, perpetrada por exilados cubanos e auspiciada inequívoca, porém, flematicamente, pelos EUA. No desenrolar dos acontecimentos, Jânio, em conversa telefônica registrada por Arinos teria recomendado “(...) que nos mantivéssemos alerta, pela intransigente defesa do princípio de autodeterminação do povo cubano. Que não podemos abandonar o governo cubano no momento atual, governo com o qual continuamos a manter as mais corretas e cordiais relações diplomáticas. (...) não poderíamos faltar com nosso dever de lealdade para com o governo cubano(...) (MOLON, 2009 p.19).

Outro momento que fomentou as movimentações contra a política de Jânio foi quando Chê Guevara recebeu uma condecoração do próprio Presidente, demonstrando seu posicionamento quanto a Cuba e sua revolução.

O então Ministro da Indústria de Cuba encarnava naquele momento todos os temores do bloco capitalista, representando um regime que havia se forjado no calor da luta armada e avançado impiedosamente contra a propriedade e a desigualdade; mais do que isso, Che era o porta-voz de uma minúscula e irredenta nação que três meses antes expulsara a contra-revolução financiada pelos EUA em Baía dos Porcos e que, naquele momento, realizava uma revolucionária campanha de alfabetização que mudaria a história do povo cubano. Além disso, vale lembrar que a adesão de Cuba ao bloco socialista já havia se tornado inevitável em tais circunstância” (MOLON, 2006, p.08).

A visita de Guevara e a renúncia de Quadros, oficialmente, não têm uma ligação, porém, 5 dias após essa honraria aconteceu a renúncia, e como pontua Molon (2006, p.59)., pode não ser mero acaso, o que desperta um interesse em olhar melhor o cenário da época.

É fato, onde quer que Che pousasse, aconteciam calamidades (...). No seu encontro com Jânio Quadros, Presidente do Brasil, Che foi condecorado com a prestigiada Ordem do Cruzeiro do Sul. Cinco dias



depois da cerimônia, as forças armadas brasileiras forçaram Quadros a renunciar

• **Renúncia de Quadros**

A premiação de Che Guevara com um dos mais importantes méritos brasileiros irritou a ala conservadora da base (ainda mais enfraquecida) de Jânio Quadros. Carlos Lacerda, principal motivador do apoio da UDN para Quadros, ficou furioso com o posicionamento externo de Jânio, entre outros motivos, e foi para o ar denunciando um possível golpe de Jânio contra o Legislativo.

Em represália, Carlos Lacerda entregou as chaves da cidade [Rio de Janeiro] ao líder contra-revolucionário cubano Manuel Antênio Verona, apadrinhado pela CIA. E, na noite de 24 de agosto de 1961, compareceu à televisão para denunciar que Quadros tramava um golpe de Estado, o que o levou a renunciar à presidência da república na manhã seguinte (BANDEIRA, 1998, p.328).

Essa tática utilizada por Carlos Lacerda, uma tentativa de desmoralização do presidente da época, era uma ferramenta comum utilizada pelo político, que ganhou a alcunha de “Demolidor de presidentes”. Ataques contra todos os aspectos do Governo e a denuncia de um golpe transformaram a força pública de Jânio em uma falácia. O apoio da classe média ao então presidente estava diluindo, e ele, pó sua vez, perdia ainda mais governabilidade, sem seu principal aliado da UDN, que se tornara, agora, o opositor.

Diferente do que Quadros imaginava, não houve resistência ao seu pedido de renúncia, que aconteceu no dia 25 de agosto. Dentre os partidos, segundo o historiador Thomas Skidmore, houve um alívio geral com sua renúncia. Diversas linhas já se demonstravam contrárias ao posicionamento de Quadros, como as forças sindicais, os empresários e, no final do governo, os políticos da UDN.

Jânio renunciou esperando voltar com mais força, sem oposição e com um livre acesso às decisões, sem passar por um congresso contrário ao governo, porém sua popularidade não era nem de perto o que ele imaginava, assim, ele não conseguiu causar comoção e entrou no limbo político.

• **Sucessão Complicada**

Após a queda de Jânio Quadros, segundo a constituição da época, o vice-presidente deveria assumir os cargos até o fim do mandato. Jango Goulart, o vice-



presidente na época, definido como “um populista de pouco talento”, por Skidmore (1982), deveria receber a posse imediatamente, porém diversos lados questionavam o político e seus direitos sobre o cargo. Isso era o que dizia na constituição de 1946.

Art 79 - Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.

§ 1º - Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal

§ 2º - Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida em lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores (CONST.FEDERAL; 1946).

Porém, a imagem getulista de Jango, não agradava as elites vanguardistas, como Carlos Lacerda e nem aos militares. Um clima de pânico público se instaurou, pairando a ameaça de uma guerra civil sobre os brasileiros.

Quando assinada a renúncia, Jango visitava a China Comunista, por motivos comerciais, tornando mais crítico ainda às críticas elitistas contra seu posicionamento esquerdista. Por isso, mesmo que provisoriamente, assumiu o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzelli. As elites já se movimentavam para impor suas preferências.

Nos nove dias seguintes, de 26 de agosto à 4 de setembro, surgiu um luta entre s ministros militares., que se opunham à posse de Jango, e os que apoiavam a “legalidade”. Consttuíam-se estes últimos, de militares, políticos em cuja a opinião o sucessor legal, fosse ele qual fosse, deveria ser imediatamente empossado (SKIDMORE; 1982).

Entre os militares que não queriam Jango no poder, existia um tensionamento para uma nova eleição, como ordenava a constituição, caso Jango não “pudesse” assumir o governo. As injustas comparações entre Jango e Vargas permeavam e inundavam os argumentos daqueles que temiam a posse dele.

A situação era tensa, como informava em nota o então presidente, Mazilli. Segundo ele, a opinião dos ministros militares sobre o assunto era que, por motivos de segurança nacional, Goulart não deveria voltar ao Brasil e ser empossado. A ação militar tentava, como em 1955, pressionar o Congresso para que, com isso, aceitassem o



que fora decidido dentro do exército. Porém, os congressistas deram um apoio a uma medida diferente, um governo parlamentarista.

Os militares não aceitaram bem o posicionamento do Congresso, expondo sua posição contrária a Jango. Em um manifesto, chamou o vice-presidente de “agitador de massas” e “agente do comunismo”, conforme cita Skidmore (1982, p.247.). Alguns setores se manifestaram em favor de Jango, como Marechal Lott, porém ele foi preso pelos ministros militares, não conseguindo mobilizar apoio à legalidade.

A situação não parecia favorável aos “legalistas” até a pronuncia do General Machado Lopes, comandante do Terceiro exército, do Rio Grande do Sul, apoiado pelo governador do estado e cunhado de Jango, Leonel Brizola. O Conterrâneo de Jango ameaçara nas entrelinhas, para uma guerra cívil ao anunciar total apoio ao vice-presidente. “Essa luta de bastidores chegou à beira de uma luta armada” (Skidmore, 1982, p.257.).

Foi graças a Brizola também, que surgiram as primeiras moções populares de apoio à Jango, no Rio Grande do Sul, movimentando também intelectuais, políticos, estudantes e líderes trabalhistas. A ideia de impedir que Jango assumisse, parecia como renunciar à democracia e mesmo os legalistas que não eram partidários de Jango, lutavam para que ele conseguisse a chance de mostrar trabalho.

No dia 2 de setembro foi assinado pelo Congresso a emenda que tornava o Brasil adepto do sistema parlamentarista. O Exército, no dia 4 de setembro, acabou enviando uma carta à Mazzilli, aceitando a proposta, e no dia 5 Jango voltava para Brasília, pronto para empossar o cargo de presidente do Brasil, vindo pelo Rio Grande do Sul, após passar por Paris, Nova York e Montevideú.

• **Governo Parlamentarista**

Se a herança getulista pesava nas costas do novo presidente, e não se pode questionar isso, Jango parecia mais moldável que seus antecessores. Mesmo que seus poderes não fossem, inicialmente, os mesmos que os demais presidentes, Jango era o nome mais nacional que o PTB poderia colocar na política. De certa forma, isso lhe dava créditos para trabalhar junto aos sindicatos.

Jango sabia que para governabilidade, precisava ter de volta seus poderes presenciais, e foi para recuperá-los que o presidente moldou seu governo nos primeiros 14 meses a frente do Brasil.



Durante quatorze meses, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, Jango manobrou cuidadosamente a fim de recuperar os poderes presidenciais, ganhando a aprovação popular em um plebiscito para a abolição do Ato Adicional que havia estabelecido o sistema parlamentar (SKIDMORE;1982;p.265).

Nas suas medidas iniciais para conseguir a governabilidade, Goulart buscou desarmar os seus opositoristas. Primeiramente, Jango demonstrou um posicionamento democrático e anticomunista, declarando-se contra o governo Castro na Cuba, diferente de seu antecessor. Outro “golpe” que usara para retirar de si a imagem que pregavam, foi acordar com o Estados Unidos ajudas economicas, para que então, assim, firmar essa sua postura que agradava as elites.

Porém, ao mesmo tempo que cultivava os conservadores, Jango desejava que seus projetos fossem culminados, criando então, as reformas bases, na qual, com elas, desejava mudar o sistema brasileiro, entrando para a história do país, tal qual Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas. Uma das primeiras reformas que Jango buscou foi a agrária, tentando conseguir então o apelo da esquerda.

O governo Goulart enfrentou os mesmos problemas do seu antecessor: economia com crescente inflação e estagnação do PIB. Para isso, o governo lançou o Plano Trienal e aprofundou a PEI. O Plano Trienal possuía dois componentes básicos. O primeiro consistia em medidas de combate à inflação e o segundo as chamadas Reformas de Base (reformas agrária, eleitoral, universitária, bancária, da legislação sobre o capital estrangeiro, urbana e a tributária) (MOREIRA, 2011, p.33).

Outro momento importante da batalha pelo presidencialismo foi a renúncia de Tancredo Neves, com apoio de Jango. Neves era o primeiro ministro do sistema, e foi um golpe contra o parlamentarismo. Com o objetivo de demonstrar as falhas do parlamentarismo, Jango conseguia, aos poucos, que a adesão popular à sua causa tornasse a situação incomoda ao ponto de precisar de um novo sistema.

- **Poderes totais a Jango**

A falta de dinamismo do sistema, as brigas políticas e a pressão militar fizeram com que diversas greves estourassem no país. Acusado de fomentar as greves, Jango dialogava com os lados, buscando resolver o impasse, ainda que essa situação ajudasse



seu objetivo de conseguir poderes plenos. Quando o novo ministro foi anunciado, Brochado Rosa, que atuava nas linhas de Brizola, já esperava-se um poder maior de Jango. Por isso, não foi surpresa quando ele anunciou a antecipação do plebiscito, marcado para 65, sobre o sistema.

Na direita, a UDN marcava sua revolta pelos ataques lacerdista, chamando Jango e seus partidários de golpistas, ataque comum de Lacerda para com seus inimigos políticos. Já a esquerda, segundo Skidmore, afirmava, por meio de Brizola, que se não fosse aprovado o presidencialismo novamente, aconteceriam intervenções armadas no país.

Nesse cenário, o último apoio que Jango precisava para o plebiscito veio por meio do exército, em agosto de 1962. O exército apoiou a antecipação do plebiscito, principalmente insurgido pelo comandante do terceiro exército, o General Dantas Ribeiro. No dia 6 de janeiro de 1963, enfim, foi votado o sistema vigente, ganhando “de cinco para um” o presidencialismo (Skidmore 1962).

Jango transforma a péssima situação para governar que encontrou quando assumiu o posto, à uma governabilidade plena, com apoio popular e realmente uma chance de mudança. Nem mesmo o mais pessimista dos seus opositores imaginaria que ele teria tanto poder.

Com a missão de “arrumar a casa”, sendo que esse fora, durante a campanha, o grande argumento pró-presidencialismo, Jango começou a arquitetar seu governo, principalmente colocando ministros de sua confiança nas principais pastas do governo.

Com a vitória do presidencialismo no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, inicia-se a fase I do presidencialismo, ou seja, nova ênfase na estabilidade. Jango forma um ministério com nomes expressivos, tido por muitos como dos mais notáveis da história republicana. Na pasta da Fazenda, assume San Tiago Dantas; na Educação e Cultura, Paulo de Tarso Santos; na Justiça, João Mangabeira; na Agricultura, José Ermirio de Moraes; e no planejamento, Celso Furtado, entre outros. O governo começa um movimento de recuperar a credibilidade tanto internamente quanto externamente, pois precisava de recursos estrangeiros para equilibrar o balanço de pagamentos (MOREIRA, 2011, p.108).

• **Governo Goulart**

A falta de apoio militar não era mais problema para Jango. Após assumir os plenos poderes, o Presidente tratou de por nos ministérios, aqueles políticos cujo suas



visões eram parecidas com a dele, tal qual Osvaldo Alves e Jair Dantas, militares pró-Jango.

Jango atacava situações na qual o Brasil parecia, como uma inflação flutuante, usando o pretexto das reformas de base. O presidente queria alcançar avanços que, talvez, nunca foram pensados no cenário nacional. Com isso, ele tinha como objetivo, desobstruir um sistema arcaico, dando mais oportunidades de crescimento a um país latifundiário, tal qual transformar a “evolução” do Brasil em distribuição de renda. Além disso, o que era mais temido pelos oposicionistas, Jango queria mudar o cenário social, buscando a inclusão política e social, o que era concebido pelas elites como algo totalmente utópico e comunista. Todos esses objetivos deveriam ser conseguidos pelo seu plano trienal, porém foi interrompido pelo golpe de 1964.

Considerações Finais

Essa breve contextualização política do país é de fundamental importância para o cenário da pesquisa proposto, pois o objetivo é entender o comportamento da mídia local, o conteúdo das notícias veiculadas, o posicionamento editorial da imprensa e sua relação com o cenário político de Ponta Grossa. A segunda parte envolve um levantamento do contexto econômico regional e verificar como se estabeleceram as relações entre os líderes políticos e econômicos. Em seguida será feito o levantamento das notícias divulgadas nesse período pré-ditadura e a análise do material coletado.

Bibliografia

BANDEIRA, Moniz: De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina

BRASIL. Constituição (1946). Constituição da República Federativa do Brasil:

JOBIM, Danton. O espírito do jornalismo. 2ª ed. São Paulo: Edusp 2003.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional



MOLLON, Newton Duarte, A visita de Che, a mídia e a renúncia de Jânio Quadros

MOREIRA, Cássio Silva. O projeto de nação do Governo João Goulart. O plano trienal e as reformas de Bases (1961-1964), Porto Alegre, 2011

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982